

PORTARIA Nº 841 DE 18 DE AGOSTO DE 2023.

Outorga a J. L. Agropecuária Ltda o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água no córrego sem denominação, afluente do Rio Piau.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, **LILIAN FERREIRA DOS SANTOS**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018.

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 1930/2023, de 07 de agosto de 2023, do processo SIGA Nº 687/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a J. L. Agropecuária Ltda, CNPJ: 78.906.344/0001-51, doravante denominada outorgada, o direito de uso dos Recursos Hídricos para a captação superficial no córrego sem denominação, afluente do Rio Piau com a finalidade de dessedentação animal, visando atividades de confinamento de engorda de bovinos, com total de 4.500 cabeças confinadas, no município de Juara-MT, Bacia Hidrográfica Amazônica, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento UPG –

A-12 - Arinos (Resolução CEHIDRO nº 05 de agosto de 2006), com as seguintes características:

I – Coordenadas geográficas da captação: Lat. 11°7'38.20"S e Long. 57°2'37.90"W; e vazão máxima requerida de 0,0026 m³/s (9,36 m³/h ou 2,6 L/s), conforme consta na tabela 1, em anexo.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **20 de julho de 2033**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;

IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;

II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º A outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

Art. 8º A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 04 de setembro de 2023.

REGISTRADA,

PUBLICADA,

CUMpra-se...

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Tabela 01 – Córrego sem denominação, afluente do Rio Piau

Coordenadas Geográficas – Lat 11°7'38.20"S e Long 57°2'37.90"W - DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m ³ /s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,0026	24	30
Fevereiro	0,0026	24	30
Março	0,0026	24	30
Abril	0,0026	24	30
Maiο	0,0026	24	30
Junho	0,0026	24	30

MÊS	Vazão (m ³ /s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,0026	24	30
Agosto	0,0026	24	30
Setembro	0,0026	24	30
Outubro	0,0026	24	30
Novembro	0,0026	24	30
Dezembro	0,0026	24	30

Documento assinado eletronicamente por **Lilian Ferreira dos Santos**, em 05/09/2023 as 14:27:49.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sema.mt.gov.br/#/verificar-documento> informando o código verificador **N3Z6V1900** e o código CRC **311AEE39**.